

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO A PESQUISA

As capacidades institucionais das comunidades na Amazônia: a estratégia de
desenvolvimento territorial do Baixo Amazonas

Bolsista: Guilherme Henriques Soares – CNPq

Manaus

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO A PESQUISA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0028/2012

As capacidades institucionais das comunidades na Amazônia: a estratégia de desenvolvimento territorial do Baixo Amazonas

Bolsista: Guilherme Henriques Soares – CNPq

Orientador: Profº Drº Antônio Carlos Witkoski

Manaus

2013

Resumo

Com base no papel que as institucionalidades desempenham na estratégia de desenvolvimento territorial, buscaremos destacar as análises acerca da capacidade institucional das comunidades rurais do território do Baixo Amazonas com base em um dos parâmetros de análise fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT para a avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, a saber, o Indicador de Capacidades Institucionais e o Índice de Capacidades Institucionais. Esses instrumentos são usualmente aplicados com membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, membros do Colegiado Territorial e representantes do poder público municipal. Para dar conta da diversidade de cenários e contextos, a abordagem do tema e objeto desta pesquisa dar-se-á de maneira compreensiva a partir da associação de uma abordagem metodológica qualitativa associada à análise de dados secundários, assim como pela realização de entrevistas semi-estruturadas e coleta de depoimentos junto aos sujeitos da pesquisa. Trata-se de realizar um estudo empírico dos sujeitos sociais e suas organizações representativas, a fim de compreender situações localizadas e suas problemáticas. A dimensão territorial do desenvolvimento pressupõe a formação de “redes e convenções” de relações entre instituições que permitem ações cooperativas entre si, o que inclui a conquista de serviços públicos. Esta perspectiva chama a atenção por lançar novas relações no meio rural e o esforço em garantir o exercício da cidadania.

Sumário

Introdução	5
Fundamentação teórica	8
Descrição metodológica.....	14
Resultados Finais	18
Considerações finais	30
Referências Bibliográficas	31

Introdução

Com base no papel que as institucionalidades desempenham na estratégia de desenvolvimento territorial, buscaremos destacar as análises acerca da capacidade institucional das comunidades rurais do território do Baixo Amazonas com base em um dos parâmetros de análise fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT para a avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, a saber, o Indicador de Capacidades Institucionais e o Índice de Capacidades Institucionais. Esses instrumentos são usualmente aplicados com membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, membros do Colegiado Territorial e representantes do poder público municipal.

Acreditamos que seja possível aplicar esta metodologia, obviamente com algumas ressalvas que explicaremos mais tarde, para auferir a capacidade institucional de moradores de comunidades rurais do Baixo Amazonas. Se utilizando de alguns aspectos chaves, tomamos como unidade de análise o Conselho Gestor Consultivo da Floresta Estadual de Maués, pois fazem parte dele representantes das diversas associações e organizações da sociedade civil presentes na Unidade de Conservação, que utilizam o espaço para estabelecerem um diálogo com o poder público a respeito dos rumos e medidas a serem implantadas na UC.

A capacidade institucional se refere à habilidade de indivíduos de elaborar, implementar decisões e desempenhar funções de uma maneira efetiva, eficiente e sustentável. No nível institucional, o esforço é focalizado em capacidades organizacionais e funcionais, assim como a habilidade institucional de adaptar-se à mudança. O conceito de capacidade institucional é um alvo movente desde que o campo evoluiu ao longo dos anos a partir de um foco inicial no desenvolvimento e fortalecimento de organizações individuais e provimento de

treinamento técnico e gerencial para suportar o planejamento integrado e os processos de decisão entre instituições.

A capacidade institucional é, ainda, o resultado da análise comportamental focando as ações dos governos em definir a capacidade das organizações públicas. Estas definições assumem que a capacidade institucional é a habilidade de realizar funções, tornando a autonomia importante para realçar a potencialidade de governos locais. Além disso, tem outro significado: a habilidade de escolher que fins perseguir e a disposição para tomar atitudes buscando atingi-los.

Em outras palavras, refere-se ao funcionamento das 'regras do jogo' adequadas e que sejam apropriadas na organização ou entre organizações para atingir objetivos, realizar tarefas e se ajustar constantemente frente a novos desafios. Há diversas instituições formais e informais operando entre e em volta de um sistema ou programa. Por essa razão, ao avaliarmos as capacidades institucionais que giram em torno da gestão municipal do território do Baixo Amazonas podemos perceber que muitas dificuldades são encontradas, sobretudo, no que diz respeito aos serviços institucionais disponíveis, mecanismos de solução de conflitos, instrumentos de gestão e infraestrutura local.

Podemos dizer de antemão que em termos de capacidades institucionais as comunidades rurais do território do Baixo Amazonas apresentam inúmeras dificuldades, que variam desde a questão infraestrutural até a capacidade de articulação interinstitucional. Como podemos pensar em construir uma nova política se não se pode contar com a estrutura mínima de serviços institucionais voltados para as comunidades rurais? Entende-se que, neste momento, é preciso rever alguns objetivos e investimentos governamentais, a fim de que possamos pensar em uma estratégia de desenvolvimento territorial que contemple, de fato, as necessidades e interesses das comunidades rurais da Amazônia. Atualmente, a estratégia de desenvolvimento territorial tem atuado apenas no nível municipal urbano, sendo que os

resultados obtidos estão concentrados nas sedes municipais, o que justifica a necessidade de se pensar em um modelo de gestão territorial local, voltado para as comunidades rurais.

Esse modelo, contudo, não deve ser proposto em uma ação vertical e sim elaborado junto com os comunitários, através de um minucioso exercício de diagnóstico participativo. O processo deve visar o empoderamento desses sujeitos a fim de incrementar o capital social que possuem, fazendo-os evoluírem no sentido de alcançarem um melhor entendimento acerca dos processos de desenvolvimento, para que assim possam propor e adaptar os modelos às suas próprias realidades, resgatando o conceito de governança, levando a cabo a ideia de gestão social.

Fundamentação teórica

Antes de mais nada, é necessário expor alguns conceitos fundamentais para a pesquisa, como a noção de território rural, gestão social e capital social. De acordo com o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais (2005) o conceito adotado define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” Por Território Rural, compreende-se que os critérios multidimensionais que o caracterizam, assim como os elementos de coesão social, cultural e territorial, apresentam a predominância de elementos rurais. Nesses territórios incluem-se espaços urbanizados como pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

Por gestão social, entende-se o processo através do qual o conjunto dos atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento, mas sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a mobilização desses agentes e fatores locais até à implementação e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projetos. Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território.

A ideia de gestão social pressupõe a existência de atores sociais e de gestores públicos capazes de levar adiante as estratégias de concentração dos agentes públicos e privados em torno de um projeto comum de futuro baseado na promoção dos trunfos de um território e na eliminação das barreiras e constrangimentos a que esse futuro se concretize. No entanto, as

competências e habilidades demandadas por essa função nem sempre são dadas. Por isso, é preciso que o empoderamento dos atores e instituições seja uma preocupação presente. O empoderamento da sociedade deve contribuir para que as novas institucionalidades sejam capazes de expressar formas mais avançadas e democráticas de governança e de governabilidade democrática, aperfeiçoando as relações vigentes entre o Estado e a sociedade, o que implica uma revisão dos deveres e das obrigações, papéis e atribuições, formalmente instituídas, enfatizando as convergências de interesses que conduzam à articulação de ações.

Capital social

A noção de capital social necessita de maior aprofundamento, tendo em vista que é fundamental para este trabalho. Estará o tempo toda associada ao longo da exposição com a temática do desenvolvimento e do melhoramento do desempenho das instituições. Ela tem origem na sociologia e na ciência política, ganhando destaque a partir do final da década de 80, quando passa a ser operacionalizada por organizações nacionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento econômico e social, como o Banco Mundial, por exemplo. Alguns dos principais autores que desenvolveram essa ideia são James S. Coleman, Pierre Bourdieu, Robert D. Putnam e Peter Evans.

Capital social é uma categoria bastante peculiar. Ao mesmo tempo em que o uso da palavra capital aproxima o conceito daquele apontado por Marx, como uma relação de produção, ou até mesmo como uma riqueza, um fundo ou um estoque que servem à produção e do quais rendas podem ser auferidas, como apresentado por Milani (2003 *apud* SILVA, 2007), a categoria distingui-se sendo grosso modo um estoque de bens abstratos, como normas comuns e valores, partilhado pelo conjunto da sociedade, estando o seu acúmulo atrelado ao aprofundamento das redes de relações que os indivíduos estabelecem.

Pierre Bourdieu e James S. Coleman sistematizaram noções importantes acerca do conceito de capital social, possibilitando mais tarde que estudiosos como Robert D. Putnam e Peter Evans fizessem suas contribuições para a questão.

Na sociologia, Bourdieu define capital social como sendo “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1998 *apud* SILVA, 2007). Esta definição está relacionada à participação em redes de relações que podem trazer benefícios tanto para indivíduos ou grupos da sociedade. A ideia de redes de relações é importante, pois é a partir dela que se pode medir a extensão e o volume de capital social que os indivíduos ligados à elas possuem.

De outra perspectiva, mas ainda assim, complementar, James S. Coleman, de acordo com Roberto Robson da Silva (2007) “define capital social a partir de suas funções, cuja particularidade é inerente à estrutura das relações sociais”. Segundo Silva,

“Essa particularidade tem relação com o fato do capital social ser um resultado ou um recurso do que é produzido pela estrutura das relações sociais e que possibilita a realização de certos objetivos que não seriam alcançados se ele não existisse. Por ser um resultado de uma estrutura de relações sociais, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas envolvidas, que dele se beneficiam; e, também, não é muito passível de ser caracterizado, mas possui sempre duas características em comum: todos consistem em algum aspecto da estrutura social e facilitam certas ações dos atores dentro da estrutura” (SILVA, 2007).

A partir dessa sistematização, Robert D. Putnam e Peter Evans lançaram suas assertivas do lado da ciência política, apontando dentre outras questões, a importância do capital social para a democracia. Os dois autores, no entanto, incorporaram o conceito a partir de perspectivas teóricas distintas, mas ambos direcionando suas análises para demonstrar as condições sob as quais as instituições públicas podem melhorar seus desempenhos e aumentar a qualidade de vida dos indivíduos e grupos da sociedade.

O argumento fundamental de Putnam é de que “o funcionamento de instituições democráticas é condicionado pela existência de uma sociedade civil ativa e vibrante” (PUTNAM, 1993 *apud* RENNÓ, 2003). Em Seu clássico *Making Democracy Work*, o autor buscou acompanhar o processo pioneiro de descentralização administrativa na Itália, iniciado na década de 1970. Putnam (1993) constatou que a região Norte da Itália tem instituições democráticas mais eficazes e consolidadas porque possui uma comunidade cívica mais engajada do que no Sul do país, construída a partir de elementos econômicos, políticos, sociais e acima de tudo, culturais. A lógica do argumento é que uma sociedade civil ativa é fundamental para o fortalecimento de uma ordem política democrática, portanto, uma sociedade organizada precede um regime democrático eficiente.

Ainda segundo a mesma lógica, medidas impostas de cima para baixo que visem envolver a sociedade e estimular a participação em associações, são mais onerosas do que mecanismos espontâneos de engajamento oriundos do interesse individual ou comunitário. A interferência do Estado seria contraproducente, pois onde há um Estado forte há pouco espaço para o surgimento de comunidades ativas e independentes. Rennó resume o argumento de Putnam da seguinte forma,

“Em outras palavras, Putnam argumenta que a internalização de normas sociais que aumentam a previsibilidade de comportamentos alheios, tais como confiança interpessoal, regras de reciprocidade e tolerância a posturas diferentes, são muito mais eficazes como mecanismos de estímulo à participação em ações coletivas. Ou seja, em sociedades em que as normas sociais internalizadas por cidadãos estimulam a cooperação e inibem comportamentos oportunistas, aumentam as chances de participação em associações da sociedade civil. Por outro lado, a presença de um Estado forte e de instituições formais exógenas à sociedade civil tende a inibir a formação de grupos sociais independentes e ativos.” (RENNÓ, 2003)

Essa noção de comunidade cívica para o autor seria responsável pela geração de capital social, que é definido como “características da organização social, como confiança,

normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2005 *apud* SILVA, 2007).

A combinação dessas características do capital social pode contribuir para a melhoria do desempenho das instituições públicas e conseqüentemente aumentar o bem-estar social dos indivíduos. No entanto, a forma como esse capital é gerado, baseado em pressupostos históricos e culturais, passou a ser questionada, pois em lugares onde a comunidade cívica é inexpressiva, as instituições públicas estariam fadadas á inércia e ao fracasso, e os grupos sociais relegados a situações como pobreza e exclusão.

Rompendo com esse fatalismo, Peter Evans (1996) apresenta outra perspectiva como alternativa ao enfoque culturalista de Putnam, e destaca a importância da intervenção do Estado na geração de capital social. Para o autor, as características do capital social, como confiança e associativismo, podem ser construídas a partir desta intervenção. Salienta ainda que a falta de engajamento da sociedade civil é decorrente da própria natureza do Estado, uma vez que este tem a capacidade única de mobilização e organização social.

A respeito disso, Silva nos diz que,

“Segundo Evans (1996), o Estado moderno é a principal arena para convergência das demandas sociais, que determinam o êxito da mobilização e organização social. Especificamente, as instituições estatais, a partir do seu poder de intervenção, teriam grandes responsabilidades por dar forma à ação coletiva e à interação social no âmbito local. Essa é uma ideia que está muito relacionada ao processo de mudança de um Estado que deixa de ser um agente regulador da ação e da interação social e passa a se tornar um Estado que é indutor e mobilizador do capital social e responsável pelo ativismo político que dariam condições institucionais para a mobilização, ou não, das iniciativas coletivas.” (SILVA, 2007)

A partir da contribuição de Evans, duas perspectivas teóricas em relação ao capital social se concretizam, a culturalista e a neo-institucionalista. A ideia da intervenção estatal para a geração de capital social apontada por Evans contesta o impulso cultural de Putnam, tornando-se determinante para se pensar a categoria no âmbito das políticas públicas.

É a partir desta ótica que buscaremos analisar as capacidades institucionais do Conselho Gestor Consultivo da Floresta Estadual de Maués, como ela se configura no quadro institucional e em que medida ela é reflexo do empoderamento e da evolução do capital social dos grupos, no sentido de atingirem o pleno desenvolvimento de suas faculdades políticas.

Descrição metodológica

Para dar conta da diversidade de cenários e contextos, a abordagem do tema e objeto desta pesquisa dar-se-á de maneira compreensiva a partir da associação de uma abordagem metodológica qualitativa associada à análise de dados secundários, assim como pela realização de entrevistas semi-estruturadas e coleta de depoimentos junto aos sujeitos da pesquisa. Trata-se de realizar um estudo empírico dos sujeitos sociais e suas organizações representativas, a fim de compreender situações localizadas e suas problemáticas. A dimensão territorial do desenvolvimento pressupõe a formação de “redes e convenções” de relações entre instituições que permitem ações cooperativas entre si, o que inclui a conquista de serviços públicos. Esta perspectiva chama a atenção por lançar novas relações no meio rural e o esforço em garantir o exercício da cidadania.

A dimensão qualitativa da pesquisa se dará a partir da construção de relatos e observação das formas de interação entre os sujeitos na ocasião das reuniões realizadas pelo Conselho Gestor. Nesta etapa da pesquisa a contribuição de John Cunha Comerford será extremamente importante. O autor faz uma descrição densa, a partir de seu trabalho de campo frequentando reuniões de organizações como Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais, proporcionando um arcabouço teórico-metodológico eficaz para esta pesquisa. Essas Reuniões

“[...] para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade e contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria e essas organizações se propõem a representar.”(COMERFORD, 1999, p.47)

Para a realização das entrevistas e depoimentos, buscamos aplicar as considerações de Roberto Cardoso de Oliveira, a respeito da interação pesquisador/informante, que pressupõe uma *relação dialógica*, onde o pesquisador precisa criar condições de um verdadeiro diálogo, reconhecendo seu informante como um *interlocutor*, capaz de manter uma relação de iguais, nesse caso, ambos são considerados interlocutores, a ponto de que esta interação propicie o que o autor convencionou chamar de *encontro etnográfico* (OLIVEIRA, 2000: 24).

Maturidade dos grupos, formação e transformações do capital social

A contribuição de Jules Pretty e Hugh Ward (2001) será essencial em termos metodológicos para alcançar os objetivos da pesquisa. Ambos discutem em artigo, como o capital social e humano incorporado em grupos sociais tem sido fundamental para a criação de soluções equitativas e sustentáveis. A partir disso, desenvolvem uma tipologia na qual esses grupos podem considerar suas experiências a auto-avaliarem em que estágio de maturidade e nível de empoderamento se encontram.

O modelo propõe três estágios progressivos: *Reactive-Dependence*; *Realization-Dependence*; e *Awareness-Interdependence*. Esses estágios podem se distinguir de acordo com quinze critérios que se agrupam em cinco temas: *Worldviews of members* (visão de mundo); *Internal norms and trust* (normas internas e confiança); *External linkages and networks* (ligações externas e rede de relações); *Technologies and improvements* (avanços tecnológicos); *Group lifespan* (expectativa de vida do grupo).

Table 3. Three stages in the evolution of groups according to 15 criteria

		Stage 1	Stage 2	Stage 3
		Reactive-dependence	Realisation-independence	Awareness-interdependence
1.	<i>Worldviews and sense-making</i>			
1.1	Sense-making	—Individuals in group tend to be looking back—making sense of old realities	—Individuals and group looking inwards—making sense of new reality	—Group self-determined and shaping reality by looking forward
1.2	Views of change	—Fear of change	—Adjusting to change	—Expect change as a norm
1.3	Attitudes and values	—No significant change in attitudes, beliefs and values	—Realisation of new capacities	—Critical reflection and abstract conceptualisation lead to new insights
2.	<i>Internal norms and trust</i>			
2.1	Rules and norms	—Tend to be externally imposed or derived	—Development of own rules and norms	—Evolution and strengthening of rules and norms
2.2	Recognition of group value	—Some recognition that group has value to achieve something new	—Members increasingly willing to invest in group itself	—Group likely to express social value of group
2.3	Sharing ethic	Some sharing of ideas, but tendency to mistrust the new	—Sharing within group common	—Sharing to and from external actors
3.	<i>External links and networks</i>			
3.1	Horizontal	—Few or no links with other groups	—Links with other groups	—Groups capable of promoting spread and initiating new groups
3.2	Vertical	—Links one way (from above to below)	—Realization that information can flow upward	—Groups well-linked to many external agencies and strong enough to resist external power
3.3	External facilitators	—Group relies on external facilitators to sustain group activities	—New role for facilitators, such as conflict resolution	—Facilitators no longer needed
4.	<i>Technologies and improvements</i>			
4.1	Environmental aspects	—Eco-efficiency-reducing costs and damage	—Regeneration—making best of natural capital	—Redesign according to basic ecological principles
4.2	Source of technologies	—Waits for external solutions-hoping for a new silver bullet	—Realization that solutions must be internally generated	—Internal and external solutions
4.3	Capacity to experiment	—Some experimentation and adoption	—Collective planning for experimentation; some innovations	—Experimentation leads to adaptation and innovation
5.	<i>Group life span</i>			
5.1	Reason for being	—Initiated by external agency or emerging	—Grouping successfully achieve planned activities	—Groups now engaged in different activities
5.2	Resilience	—Breakdown easy	—Breakdown possible after achievement of initial goals	—Unlikely to breakdown-passed a threshold
5.3	Variability	—Groups with same program look the same	—Groups diverge	—Groups look completely different from each other

Figura 01: Tabela dos três estágios na evolução dos grupos sociais de acordo com 15 critérios. Fonte: Jules Pretty and Hugh Ward (2001)

De acordo com os autores, no primeiro estágio, os grupos tendem a olhar pra trás, tentando entender os fatores que levaram a sua formação, que geralmente se dá através de agentes externos, em uma ação vertical. As regras e as normas tendem a serem impostas. Os indivíduos buscam soluções externas para os problemas e ainda dependem muito de facilitadores pra executar suas decisões.

No segundo estágio, percebe-se um crescimento na independência do grupo, combinado com a emergência de novas capacidades. Os indivíduos começam a ser mais críticos e dar conta da realidade. Grupos neste estágio passam a criar suas próprias regras e normas e desenvolvem ligações horizontais com outros grupos, ampliando sua rede de relações.

No terceiro e último estágio os indivíduos adquirem uma nova visão de mundo, estão engajados em planejar seu futuro. A capacidade do grupo de fazer uma reflexão crítica aliada a tomada de consciência de como gostariam que as coisas fossem dali pra frente, significa que o grupo está se tornando mais dinâmico e esperando mudanças. São capazes de dialogar melhor com outros grupos, incentivando novas tecnologias e até mesmo a formar novos núcleos. Por fim, se tornam mais suficientes e resilientes.

Essa tipologia fornecerá as bases para, junto com os membros dos conselhos gestores, entender e fazê-los entender em que estágio de maturidade do capital social se encontram, a fim de estabelecer um parâmetro que ajude a avaliar o desenvolvimento de suas capacidades institucionais. Da mesma forma, ajudará a analisar e compreender as formas de participação e a relação dos comunitários com as entidades do poder público e demais instituições que operam no Conselho Gestor.

Resultados Finais

A Floresta Estadual de Maués

A Floresta Estadual de Maués está situada no médio Amazonas, distante de Manaus cerca de 268 km em linha reta e 356 km por via fluvial. O acesso a FLORESTA a partir da capital do estado pode ser feito por via aérea (cerca de 40 minutos) ou por via fluvial (16 a 18 horas) até a sede do município de Maués. Na sede é possível acessar a UC utilizando-se de uma voadeira (Bote de alumínio equipado com motor de popa variando de 15 a 40hp de potência podendo possuir cobertura/toldo ou não.) ou de barcos regionais que navegam pelos principais rios (Apocuitaua, Parauari, Paraná do Urariá e Paraconi) que banham a UC. O tempo de deslocamento é variável em função da força/potência do motor, podendo levar de 2 a 12 horas.

Os principais rios que banham a UC (Paraconi, Parauari e Apocuitaua) não se interligam. Isto implica num maior esforço de transporte para quaisquer ações no interior da FLORESTA, além de dificultar a interrelação entre os moradores das comunidades situadas nas diferentes calhas. Em algumas situações existem acessos (trilhas ou picadas na mata) que interligam comunidades localizadas em diferentes rios, principalmente entre os rios Parauari e Apocuitaua, e Paraconi e Igarapé do Canela .

A Floresta Estadual de Maués foi criada pelo Decreto Estadual no 23.540 de 19 de julho de 2003, com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais limítrofes (AMAZONAS, 2003a).

A criação da UC se deu como resultado de um acordo em que a Prefeitura de Maués após realizar os estudos iniciais transferiu ao Governo do Estado, por meio da SDS a responsabilidade pela condução do processo de criação.

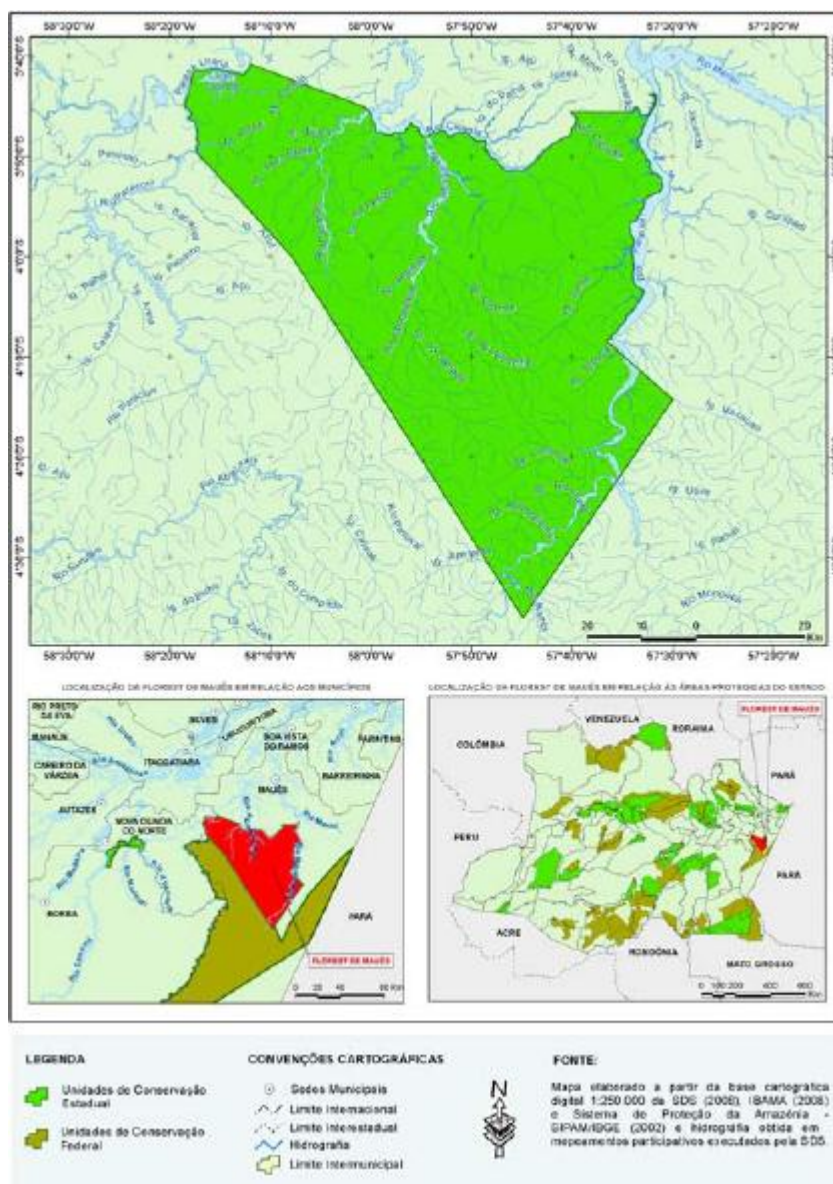


Figura 02: Mapa de Localização da Floresta Estadual de Maués. Fonte: CEUC/SDS (2009)

Em relação a distribuição das comunidades na UC, esta possuiu 24 comunidades residentes e 19 comunidades no entorno, divididas em três bacias hidrográficas distintas: Rio Parauari, Rio Apocuitaua (Rio Cicantá, Ig. Canela), Rio Paraconi (Paraná Urariá, Lago Grande do Elias).

A figura abaixo mostra uma tabela referente à localização das comunidades por bacia hidrográfica ou calha de rio, número de famílias residentes, e se a comunidade é considerada entorno ou residente.

Nº	COMUNIDADE	Nº FAMILIA	Localização	SITUAÇÃO
1	Nossa Senhora Aparecida (Varre Vento)	34	Rio Apocuitaua	Residente
2	São Sebastião do Pajurá	23	Rio Apocuitaua	Residente
3	São Raimundo	32	Rio Apocuitaua	Residente
4	Liberdade	48	Rio Apocuitaua	Residente
5	Vista Alegre	13	Rio Pacoval	Residente
6	São João Batista	23	Rio Pacoval	Residente
7	Monte Sinai	25	Rio Pacoval	Residente
8	Vila Nova Maringá	39	Rio Pacoval	Residente
9	São José (Vila Darci)	40	Rio Pacoval	Residente
10	Núcleo Ebenézer	9	Rio Pacoval	Residente
11	Novo Paraíso	10	Rio Pacoval	Residente
12	Nossa Senhora Aparecida (Pingo de Ouro)	30	Rio Pacoval	Residente
13	São João Batista	32	Rio Pacoval	Residente
14	Nova Jerusalém	13	Rio Pacoval	Residente
15	São Luiz do Laranjal	17	Rio Pacoval	Residente
16	Santa Maria	26	Rio Cicantá	Residente
17	São José do Cicantá	29	Rio Cicantá	Residente
18	Santa Maria do Ituense**	6	Paraná do Urariá	Residente
19	Frente São Jorge	1	Paraná do Urariá	Residente
20	Sítio 6 Irmãos	2	Paraná do Urariá	Residente
21	Santa Marta**	37	Lago Grande do Elias	Residente
22	Osório da Fonseca**	26	Lago Grande do Elias	Residente
23	São Pedro**	22	Lago Grande do Elias	Residente
24	Sagrado Coração de Jesus**	37	Lago Grande do Elias	Residente
25	Menino Deus do Açãoera	60	Rio Parauari	Entorno
26	Santo Antonio do Mucajá	88	Rio Parauari	Entorno
27	Bom Pastor (Ig. Peixinho)**	16	Paraná do Urariá	Entorno
28	São Vicente**	13	Paraná do Urariá	Entorno
29	Vila Nova**	22	Paraná do Urariá	Entorno
30	Vila Borges**	12	Paraná do Urariá	Entorno
31	Nova Filadélfia**	14	Paraná do Urariá	Entorno
32	Santa Tereza**	18	Rio Paraconi	Entorno
33	São Tomé**	20	Rio Paraconi	Entorno
34	Cacoal**	32	Rio Paraconi	Entorno
35	Fortaleza**	22	Rio Paraconi	Entorno
36	Santa Luzia	61	Rio Paraconi	Entorno
37	Trindade	s/d	Rio Paraconi	Entorno
38	Monte Ararati	s/d	Rio Paraconi	Entorno
39	Nossa Senhora das Dores	s/d	Rio Paraconi	Entorno
40	Monte Sinai do Parauari	s/d	Rio Paraconi	Entorno
41	Santo Antônio do Pucu	s/d	Rio Apocuitaua	Entorno
42	Santa Maria do Cicantá	s/d	Rio Apocuitaua	Entorno
43	São Francisco Canela	s/d	Rio Apocuitaua	Entorno

Figura 03: Nome, número de famílias, localização e situação da Comunidades da FLORESTA de Maués. Fonte: Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués (2010).

Ao longo do texto serão mencionados setores ou polos nos quais se encontram as comunidades. A divisão foi feita no intuito de facilitar a administração municipal e o trabalho de outros órgãos com atuação no interior do município de Maués (a Unidade de Conservação Estadual abrange parte dos pólos 2, 6, 7, 8 e 9 de Maués). A setorização é utilizada ainda pelo IDAM/Unidade Maués, pela SEPROR e pela Paróquia de Maués para definir o calendário dos encontros religiosos. Vale destacar que as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde e Higiene utilizam a mesma divisão em suas ações e estatísticas.

O Conselho Gestor

Os Conselhos Gestores podem ter caráter Consultivo ou Deliberativo. O conselho consultivo emite pareceres ou opiniões sobre determinada ação do governo e não têm poder de decisão sobre a diretriz da política em questão. Geralmente é indicado para gestão de Florestas Nacionais e Unidades de Proteção Integral. Já o conselho deliberativo são órgãos de decisão, ou seja, têm autoridade para analisar, intervir e propor ações em determinada política setorial e é indicado para gestão de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas da Biosfera.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués tem o caráter consultivo. Desde a sua criação no dia 12 de janeiro de 2010, de acordo com a portaria nº002 da SDS, o conselho se reuniu sete vezes, passando por algumas alterações no seu quadro institucional. Para os fins que nos propomos, exploraremos aqui as últimas três reuniões, sendo que a mais recente delas tive a oportunidade de acompanhar pessoalmente. Quanto às outras, iremos embasar as análises na leitura das atas disponibilizadas pela gestora da unidade de conservação e presidente do conselho. A tabela abaixo mostra a composição atual do conselho.

PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SETOR PARAUARI 1
SEDEMA – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	SETOR PARAUARI 2
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde	SETOR PARAUARI 3
SEPROR – Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento	SETOR PARAUARI 4
SEMED – Secretaria Municipal de Educação	SETOR APOCUITAUA 1
IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	SETOR APOCUITAUA 2
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas	SETOR APOCUITAUA 3
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação	SETOR APOCUITAUA 4
ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	SETOR CANELA
ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas	SETOR URARIÁ 1
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	SETOR URARIÁ 2
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	SETOR PARACUNI
FAS – Fundação Amazonas Sustentável	ASAC – Associação Extrativista do Alto Apocuitaua/Cicantá
	ASPAFEMP – Associação de Produtores Agroextrativista da Floresta Estadual de Maués do rio Parauari
	COLPESCA Z-16 – Colônia de Pescadores Z-16

Tabela 01: Composição do Conselho Gestor Consultivo da Floresta Estadual de Maués 2013. Fonte: CEUC/2013

Para avaliarmos a capacidade institucional dos membros do conselho, especialmente aqueles representantes das comunidades e instituições organizadas da sociedade civil,

utilizaremos os seguintes aspectos chaves: **frequência das reuniões; participação do poder público; participação da sociedade civil; principais temas discutidos; capacidade de encaminhar as decisões; rede de articulação.** Procuraremos ainda associar estes aspectos com os cinco critérios propostos por Jules Pretty e Hugh Ward (2001) a fim de detectar em qual possível estágio de maturação do capital social esses grupos estão.

Frequência das reuniões

De acordo com o artigo 29 do regimento interno do conselho, as reuniões devem acontecer ordinariamente três vezes ao ano. Observamos que a primeira reunião foi realizada nos dias 18 e 19/04/2010. Quatro meses depois, nos dias 07 e 08/08/2010 o conselho se reuniu pela segunda vez. Nos dias 18 e 19/10/2010, dois meses depois, aconteceu a terceira reunião. No ano seguinte, após um longo intervalo, foi realizada nos dias 20 e 21/06 a quarta reunião. Pouco tempo depois, em outubro, nos dias 10 e 11, o conselho se reuniu pela quinta vez. Quase um ano depois, nos dias 06 e 07/11/2012 foi feita a sexta reunião e seis meses depois, nos dias 27 e 28/05/2013, houve a mais recente delas. Notamos, portanto, dois grandes hiatos entre uma reunião e outra, que correspondem aos intervalos entre a terceira e a quarta reunião e entre a quinta e a sexta. Não foi possível descobrir os motivos destes vácuos, mas o fenômeno em si já é válido e denota de alguma maneira a “saúde” do conselho.

Participação do poder público e da sociedade civil

Nas três últimas reuniões do conselho, as instituições do poder público que compareceram foram o CEUC, IFAM, SEPROR, SEDEMA, ADS, IDAM, ICMBIO, ITEAM, FAS e EMBRAPA. Destas, apenas o CEUC, IDAM e ITEAM compareceram em todas.

Em relação à representação comunitária, as que estavam presentes em todas as reuniões que acompanhamos foram os setores Apocuitaua 1, 2, 3 e 4, os setores Parauari 3 e 4, a ASAC e a COLPESCA Z-16.

A baixa participação do poder público foi apontada frequentemente nas entrevistas e confirmada pela leitura das atas e pela observação durante a pesquisa. Percebemos o maior comprometimento da sociedade civil, apesar de nem todos os setores e associações demonstrarem o mesmo interesse com as questões do conselho. Talvez por serem os principais interessados, ou pelo menos se espera que sejam, no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida da população da UC, esse segmento assumiu a frente nas discussões. Além disso, são estas pessoas as que estão mais próximas da realidade em jogo, e mais do que conhecedores das demandas, vivem as necessidades que o dificultoso dia-a-dia do agricultor, pescador ou extrativista do Amazonas suscita.

Porém, infelizmente, a sociedade civil não tem o pleno poder de deliberar, e apesar de no âmbito do conselho serem tomadas certas decisões referentes aos rumos do Território, no fim das contas, a execução desses encaminhamentos cabe ao poder público. Chegamos, portanto, ao grande impasse: Como levar a cabo as decisões se o poder público muitas vezes não se faz presente? A pouca articulação entre as duas esferas é extremamente prejudicial, entre elas há uma intrínseca relação de dependência, na medida em que uma não existe sem a outra. Quando uma delas não se envolve, vemos o esforço da outra frustrado. Todavia, o comprometimento parte de cada um e para solucionar esse problema é preciso que se faça a sensibilização de todos os membros para a importância do conselho como espaço de discussão e articulação, incentivando a participação e acima de tudo a permanência dos atores, para que assim o trabalho não tenha que recomeçar sempre e torne-se uma construção contínua.

Principais temas discutidos

Na quinta reunião do conselho os pontos de pauta foram: Concessão Florestal; apresentação da recomposição do conselho; implementação do II PNRA (INCRA) na UC; crédito habitação; regularização fundiária; Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)

Na sexta reunião foram discutidos: Planejamento Participativo; Estado atual da Gestão da UC; Elaboração de Propostas para cadastrar moradores ainda não inclusos na UC; CDRU coletiva e Regularização Fundiária de Comunidades sobrepostas a Títulos Definitivos dentro da UC e da Zona de Amortecimento; Associativismo; Monitoramento de Quelônios e Manejo da Pesca; Avaliação da Composição do Conselho; Programa Agente Ambiental Voluntário.

Na sétima reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Planejamento estratégico da Floresta Estadual de Maués junto aos novos Conselheiros, norteado pelos programas do Plano de Gestão da UC; Fortalecimento das práticas associativas (apoio às associações formalizadas e não formalizadas dentro da Floresta Estadual de Maués); Crédito habitação e fomento do INCRA; Segurança nas comunidades; Capacitação dos conselheiros; Saúde; Projeto de Manejo Florestal Sustentável na Floresta Estadual de Maués via IPDA; Programa Luz para Todos; Planos de Manejo Florestal; fiscalização IPAAM (extração ilegal de madeira); Definição da Secretaria Executiva do Conselho Gestor; Posse dos novos conselheiros.

Vemos que os principais temas discutidos, recorrentes nas reuniões, são regularização fundiária, CDRU, crédito habitação e associativismo. Todas as comunidades enfrentam estes mesmos problemas, no entanto, as reivindicações para que sejam solucionados tem um caráter nitidamente setorial. A própria divisão nesse sentido que é feita na UC talvez fomente esta visão por parte dos comunitários, mas o fato é que até o momento não conseguem construir uma visão de conjunto, cada qual expondo as demandas de seus setores ou comunidades.

Além disso, percebe-se pelo conteúdo das discussões que os comunitários ainda estão muito centrados em questões de cunho prático e diria mesmo imediatista, não tendo ainda

uma visão de futuro construída, um plano de metas ou uma consciência clara de como gostariam que as coisas estivessem daqui a alguns anos. Embora este dado não seja impressionante, levando em consideração que realmente não é possível pensar no futuro uma vez que as condições mínimas de existência no presente não estão garantidas, demonstra que ao longo de três anos o conselho ainda não avançou muito em vários sentidos.

Capacidade de encaminhar decisões

Os encaminhamentos dados pelos membros do conselho ao final da **quinta** reunião ordinária foram:

- Reunião junto ao INSS para o reconhecimento da CRDU e esclarecimento sobre a legitimidade desse instrumento;
- Recomposição do conselho mediante a importância e participação que os órgãos demonstram e desenvolvem na Floresta Estadual de Maués;
- O órgão gestor deve realizar um momento de informação e formação sobre o que é e como será realizado o plano de manejo e a concessão florestal, bem como a situação atual do processo de concessão;
- O órgão gestor deve fazer uma consulta junto ao INCRA a fim de averiguar o que está travando a liberação do crédito habitação.

Na **sexta reunião**, os encaminhamentos foram:

- Que os órgãos CEUC, INCRA, ITEAM, possam discutir em conjunto e chegar a um entendimento sobre os problemas ocorridos com base na Regularização Fundiária da Floresta Estadual de Maués (os problemas a resolver são: títulos definitivos dentro da UC sobrepondo as comunidades onde estão sendo implantados os Programas Bolsa Floresta e os Créditos Habitacionais do INCRA, Bases de Apoio da UC construídas em cima de terras tituladas onde os donos das terras começaram a requerer tanto as áreas das comunidades como das Bases) e as infraestruturas oriundas da própria

prefeitura como escolas, posto de saúde e poços artesianos que são de uso do coletivo das comunidades. Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar os andamentos sobre a situação da Regularização Fundiária da UC;

- Que o planejamento participativo seja realizado na sede municipal junto às instituições, mas também seja realizado junto às comunidades que serão as maiores beneficiadas com qualquer decisão que possa ser tomada, e que pelo menos uma reunião ordinária possa ser realizada dentro da FLOE Maués no ano;
- Que na próxima reunião ordinária todas as instituições que foram indicadas a compor o Conselho, assim como o IFAM, possam estar presentes e possam efetivar parceria com o CEUC no sentido de implantar o Projeto Pé-de-Pincha também dentro da FLOE Maués juntamente com os AAVs da UC;
- Que o Manejo da Pesca possa ser iniciado a partir do Ordenamento da Pesca dentro da FLOE Maués, e que possa vir um profissional responsável do CEUC-SDS para discutir e esclarecer como se dará o início desta atividade tão importante e necessária para as comunidades;
- Que seja esclarecido com maior profundidade como se dará o PROBUC a ser implantado na FLOE Maués, e que o CEUC-SDS possa disponibilizar um técnico que já atue há mais tempo com o PROBUC em outras UCs.;
- Que o CEUC-SDS possa viabilizar local permanente de referência no município de Maués, para um melhor atendimento ao público em geral a partir de um local fixo e com condições necessárias ao atendimento da população em que procure o órgão;
- Que o cadastro para morador possa vir a servir não só para o uso do CEUC, mas para as lideranças das comunidades que precisam também ter esses dados de forma organizada e que cada morador possa ter sua carteira de morador de reserva para sua identificação em 2013.

- Que as instituições que compõem este Conselho, na sua ausência sem justificativa, que não participaram ou contribuíram com os processos de Gestão Participativa na Floresta Estadual de Maués e não demonstraram interesse diante da responsabilidade que lhes cabia perante este Conselho sejam excluídas conforme Regimento Interno do Conselho Gestor da UC.
- Será realizada uma reunião junto à comissão de moradores da AMAFLOEMA, a ASPAFEMP, a ASCEF, a ASAEMS, e a ASTVAVILAM, para entender inicialmente todo o processo de organização que existe dentro da UC. Pela oportunidade de todos os interessados no assunto estarem presente na sede municipal ficou acordado que na manhã do dia 8 de novembro no Auditório Edmundo Xavier Albuquerque às 08h00min será realizada esta reunião para a compreensão e entendimento de todos.
- Que o IPDA possa junto com o CEUC-SDS fazer todos os ajustes a respeito das considerações e mudanças havidas na FLOE Maués do tempo em que o Projeto para Manejo Florestal Comunitário foi escrito até a presente data e socializar as informações de forma transparente a todos os moradores da UC.

A sexta reunião foi, como pode ser percebido, muito mais prolífera em termos de discussão e encaminhamentos. Tudo indica que excetuando a questão do CDRU e os problemas com a regularização fundiária, que a propósito ainda estavam sendo discutidos na sétima reunião, os encaminhamentos dados na quinta reunião foram executados.

O que ficou muito claro a partir da leitura das atas e da observação foi que sociedade civil na figura das representações comunitárias reivindica, demanda e faz reclamações de um lado, enquanto que o poder público se justifica do outro. A cobrança é muito grande. Aqueles moradores da reserva citados anteriormente que se fazem presentes nas reuniões são extremamente envolvidos com as questões do conselho. Essas pessoas parecem caminhando para o envolvimento político com as questões da UC. A criação de uma Unidade de

Conservação cria a necessidade desse empoderamento, imprimindo um novo ordenamento na conduta dos comunitários.

Rede de articulação

Foi possível apenas desenhar um esboço da rede de articulação engendrada pelo conselho.

Dessa forma, o conselho se relaciona com instituições do poder público a nível:

- Municipal - através dos representantes da SEPROR, SEMSA, SEDEMA e SEMED.
- Estadual – através dos representantes da ADS, do IDAM, CEUC e IPAAM.
- Federal – através dos representantes da EMBRAPA, do IFAM, ICMBIO, INPA e INCRA.

Existem ainda a FAS, única organização não governamental que atua na UC.

A sociedade civil se interliga na rede através dos representantes dos setores da Floresta Estadual de Maués e das associações. Cada calha de rio possui uma ou mais associações, de forma que temos no rio:

- Apocuitaua – ASAC, ASAEM e ADESC.
- Paracuni – ASPAFEMP e ASCAPANI.
- Parauari – ADESC, ASCALBA, ASCASAN, ATAVILAN e União de Mulheres do Mucajá.

Considerações Finais

O conselho gestor da Floresta Estadual de Maués é um conselho jovem, com apenas três anos de existência e avançou pouco ainda. Todavia, apesar dos poucos avanços, pelo que pôde ser observado na mais recente das reuniões, o quadro institucional e a situação do conselho é extremamente promissora. A recomposição do conselho e a renovação das parcerias trouxeram grandes expectativas para o futuro

Apesar de não terem saído ainda de um primeiro estágio na evolução e maturação do capital social, paulatinamente, reunião após reunião é possível notar que o conselho vem se aperfeiçoando, excluindo aquelas instituições que não estão comprometidas, buscando parcerias e procurando capacitação para os seus representantes e, com isso, se empoderando cada vez mais e ampliando sua rede de relações. Esta última reunião que aconteceu pode ser considerada um marco, um novo momento que tem haver com uma nova maneira de levar o conselho adiante, e pode funcionar em análises futuras como um divisor de águas entre momentos distintos do conselho.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhas do povo", faixinas e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2º ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BAQUERO, Marcelo. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo, 2001.

BAQUERO, Marcello. “Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo”. São Paulo, 2001.

BAQUERO, Marcello. “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.380-413.

BAQUERO, Marcello. “Dossiê Cultura política, democracia e capital social”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 21, p. 7-11, nov. 2003

BONFIM, Washington Luís de Sousa & SILVA, Irismar Nascimento da. “Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível?”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 21, p.109-123, nov. 2003

COMEFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ECHEVERRI, Rafael. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios à multiterritorialidade. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Série Documentos. Brasília, março de 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Série Documentos Institucionais. Brasília, maio de 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais. Documento Institucional nº 03. Brasília, novembro de 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
Referências para a gestão social dos territórios rurais. Guia para o controle social. Documentos de Apoio nº 04. Brasília, maio de 2006.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. 2ª Ed. São Paulo: Unesp, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: CAPGS, 2008.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil.** Tradução de maria Verônica Morais Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PRETTY, Jules & WARD, Hugh. **Social Capital and the Environment.** Great Britain: Elsevier Science Ltd, 2001.

RELATÓRIO ANALÍTICO TERRITÓRIO RURAL BAIXO AMAZONAS – AMAZONAS: Núcleo de Socioeconomia – NUSEC-UFAM/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Manaus, Setembro de 2011.

RENNÓ, L. “Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América- Latina.” Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 21, p. 71-82, 2003.

SANTOS, B. S. Uma nova teoria política crítica: reinventar o Estado, a Democracia e os direitos. In: SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006 (Coleção para um novo senso comum, Vol. 4).

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).

SILVA, Roberto Robson da. “Desenvolvimento, capital social e política social”. Sociedade em Debate, Pelotas, 28 13(1):27-46, jan.-jun./2007

